



Não existe solução para a crise climática sem Povos e Territórios Indígenas

Demandas da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) para a delegação de negociadores brasileiros, na 28ª Conferência das Partes (COP28) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC)

5 DE DEZEMBRO DE 2023 | DUBAI - EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

Demandas Transversais

Demarcação é Política e Ação Climática

- Os povos indígenas são protagonistas na luta contra as mudanças climáticas: através de nossa íntima relação com nossos territórios, [nós protegemos 80% da biodiversidade do planeta](#) [ONU]. Nos últimos 30 anos, o Brasil perdeu 69 milhões de hectares de vegetação nativa, segundo o MapBiomias. Porém, [apenas 1,6% desse desmatamento foi registrado em terras indígenas](#). Não há como considerar a preservação de nossos biomas e políticas consistentes contra as mudanças climáticas sem garantir o pleno usufruto dos povos indígenas em seus territórios.
- É fundamental que o Governo Brasileiro vincule a já existente política de demarcação dos territórios indígenas às suas Contribuições Nacionalmente Determinadas, quando de sua revisão em 2025 na COP30.

Povos Indígenas no Centro da Tomada de Decisões

- Participação efetiva dos povos indígenas no processo de tomadas de decisões e estabelecimento de metas de ação climática (mitigação, adaptação e perdas e danos) e no monitoramento da implementação das metas.
- Os povos indígenas estão no centro do debate sobre as mudanças climáticas, pela contribuição dos nossos territórios em termos de mitigação, e porque somos os primeiros a sentir os efeitos das mudanças climáticas em nossos territórios e modos de vida tradicionais. Portanto,

devemos ter participação ativa nas negociações relacionadas às políticas climáticas.

- É fundamental que o governo brasileiro consulte os povos indígenas em relação à elaboração de programas e estratégias relacionados à ação climática, sobretudo em matérias com relação direta aos nossos direitos e territórios, e com atenção especial à participação dos povos indígenas, como o caso da iniciativa *Florestas para Sempre*.
- A União Europeia e países como a Noruega e Reino Unido buscam a opinião dos povos indígenas do Brasil sobre essas temáticas mais do que o governo brasileiro, e participamos ativamente de mecanismos oficiais de diálogo e retroalimentação das propostas desses países.
- Esperamos que o governo brasileiro estabeleça canais de diálogo e de participação em processos de tomadas de decisão que sejam ainda mais ambiciosos do que os propostos por outros países. Esperamos que o fortalecimento da relação entre o Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério das Relações Exteriores possa canalizar essa demanda.

Metas vinculantes

- Reiteramos que compromissos sem implementação serão considerados como formas de *greenwashing*. Exigimos que os compromissos assumidos no processo de negociação da COP28 tenham metas vinculantes às Partes.

Demandas Específicas

Balanço Global

- As últimas publicações preliminares do relatório do Balanço Global não fazem nenhuma menção explícita a povos indígenas e à proteção de nossos territórios.
- É fundamental que o relatório inclua a relevância dos territórios indígenas no combate às mudanças climáticas e na preservação da biodiversidade, para que metas concretas de políticas de demarcação e proteção dos territórios possam ser incluídas na revisão das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil.

Perdas e Danos

- Os anúncios de aporte ao fundo de Perdas e Danos precisam ser muito mais ambiciosos, e é necessário definir processos específicos em relação ao ciclo de reposição de recursos e sobre a sustentabilidade do fundo.

Mitigação

- Incluir as políticas de reconhecimento e proteção territorial para territórios indígenas e quilombolas (demarcação e titulação dos territórios) na próxima NDC brasileira em 2025, com início imediato de negociações em relação à vinculação desses processos.

Adaptação

- Há falta de enfoque político em relação ao Plano Global de Adaptação em relação às negociações de Mitigação e Perdas e Danos.
- Também nos preocupa que o subfinanciamento direcionado às políticas de adaptação climática, em relação aos aportes anunciados a Perdas e Danos (que também se demonstram insuficientes).

Financiamento Climático

- Incidir pela ampliação dos programas e mecanismos que assegurem o acesso direto ao financiamento climático por parte de organizações indígenas, incluindo adesão às plataformas multilaterais que visam garantir o acesso direto aos recursos disponíveis.

Redução Imediata dos Combustíveis Fósseis

- Demandamos uma redução imediata dos combustíveis fósseis. Entretanto, ressaltamos a necessidade de que as políticas de transição energética não ocasionem impactos socioambientais negativos em nossos territórios. Exigimos a aplicação do direito à Consulta Prévia, Livre e Informada em matérias que impactem direta ou indiretamente nossos direitos e territórios, e demandamos o compromisso do governo brasileiro em manter nossos territórios livres de mineração.

Artigo 6

- É imprescindível que haja um mecanismo de denúncias que seja seguro, transparente e de fato acessível aos povos indígenas, sem adoção de taxas para acessar o mecanismo de denúncia.

